

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.579.611 - DF (2019/0255855-6)

RELATORA : MINISTRA VICE-PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTRO(S) - DF025136
AGRAVADO : GLAUCE MANTOVANI FURUTANI
AGRAVADO : MELINA MANTOVANI FURUTANI
AGRAVADO : ALINE MANTOVANI FURUTANI DE OLIVEIRA
AGRAVADO : JULIANO INDALECIO PEREIRA
AGRAVADO : MARIO MARIHO FURUTANI
AGRAVADO : ROBERTO ANTONIO DA SILVA
AGRAVADO : IZEQUIEL DA SILVA
AGRAVADO : MARIA LUCIA OLIVEIRA TELLES
AGRAVADO : LUCIANA OLIVEIRA TELLES
AGRAVADO : LUDMILA OLIVEIRA TELLES
AGRAVADO : LUCAS OLIVEIRA TELLES
AGRAVADO : GERALDO CAIXETA NUNES
AGRAVADO : ILO ALVES DE SOUZA
AGRAVADO : JOANNA OLIVIA DE OLIVEIRA CAMPOS
AGRAVADO : MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA CAMPOS
AGRAVADO : MARIA ANTONIETA DE OLIVEIRA CAMPOS
AGRAVADO : MARIA AUXILIADORA OLIVEIRA CAMPOS
AGRAVADO : MARIA DO CARMO DE OLIVEIRA CAMPOS
AGRAVADO : PAULO SERGIO DE OLIVEIRA CAMPOS
AGRAVADO : LUZIA DA SILVA CULTRI
AGRAVADO : LUIZ CARLOS CULTRI
AGRAVADO : EDMILSON CULTRI
AGRAVADO : MERCIA CATARINA MELLIM VIEIRA
AGRAVADO : OLGA BORGES NUNES
AGRAVADO : MARIANA LOBANCO ARANTES
AGRAVADO : WILLIAM LOBANCO ARANTES
AGRAVADO : MARIA DE LOURDES LOBANCO ARANTES
AGRAVADO : JOSE LUIS LOBANCO ARANTES
AGRAVADO : LOURDES FURLAN DE OLIVEIRA
AGRAVADO : ODAIR ALVES DE OLIVEIRA
AGRAVADO : RENATO ALVES DE OLIVEIRA
AGRAVADO : RODRIGO ALVES DE OLIVEIRA
AGRAVADO : VANTUIR ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : JUCIARA HELENA CRISTINA DE SOUZA BARROS - DF029778
ANTONIO CAMARGO JUNIOR E OUTRO(S) - DF027652

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado por BANCO DO BRASIL SA contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: ausência de prequestionamento e ausência de indicação de artigo de lei federal violado - Súmula 284/STF.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente os referidos fundamentos.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.

2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, Relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 11/5/2018.)

Nesse sentido, vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016; e AgRg no AREsp n. 905.869/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 14/6/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte agravante, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Publique-se.

Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA
Vice-Presidente

